

## Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851)\*\*

Em Junho de 1849 nem o Costa Cabral nem o «cabralismo» que sobreviveram à Maria da Fonte e à Patuleia eram os mesmos de antigamente. Até ao princípio de 1846, a união dos dois irmãos (António Bernardo e José Bernardo) e a solidariedade de interesses criada pelo poder foram permitindo assegurar a coesão do «partido» e tornaram possível a digestão das dissensões internas. Todavia, já em 1845 tinha sido preciso aplacar a rivalidade de José Bernardo, oferecendo-lhe o ministério da Justiça e um lugar no Conselho de Estado<sup>1</sup>; e, quanto ao «partido», apenas se conservou publicamente unido porque a desunião daria lugar, segundo ameaçavam os seus chefes, ao triunfo dos revolucionários<sup>2</sup>. Ainda assim, nas eleições de 1845 não foi possível evitar a substituição de cerca de dois terços dos deputados que compunham a anterior maioria do ministério<sup>3</sup>.

Mas em Janeiro de 1846 a recusa formal da Companhia Confiança em emprestar mais dinheiro ao governo tornou claro que a falência financeira do

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

\*\* Um resumo do presente artigo foi incluído no meu relatório de actividades apresentado ao ICS em Outubro de 1996. A versão desenvolvida, aqui reproduzida, foi terminada em Maio de 1997.

<sup>1</sup> Carta-circular de Moura Coutinho aos seus amigos políticos datada de 7-7-47, ANTT, arquivo da família Costa Cabral, parte B, II, n.º 29 (arquivo referido daqui em diante por ACC).

<sup>2</sup> *Ibid.*

O partido cartista acabou por se confundir com o «partido» cabralista. Daí as aspas quando me refiro especificamente ao último.

<sup>3</sup> Nas eleições de 1845, relativamente às de 1842, 57 deputados não foram reeleitos e surgiram 67 deputados novos. Verificou-se, pois, uma renovação da Câmara de cerca de 60% (cf. *A Restauração*, n.ºs 24 e 25, de Junho de 1842, e n.º 867, de Agosto de 1845). Agradeço ao Dr. José Miguel Sardica esta informação.

Estado estava iminente<sup>4</sup>. Ao cabo de 51 meses, a administração de Costa Cabral defrontava-se com uma dívida fundada no valor de perto de 11 000 contos e com uma dívida flutuante que aumentara mais de 12 500 contos, tendo sido assumidos compromissos que equivaliam a «verdadeiras antecipações dos rendimentos públicos» até ao final de 1847. Para agravar o quadro, o orçamento do Estado acusava um «deficit permanente» de 1400 contos<sup>5</sup>. Privado o governo dos meios financeiros para «conjurar a tormenta que [se] pressentia», a revolução começaria, afinal, «pelos apuros da fazenda»<sup>6</sup>.

Depois, a Maria da Fonte precipitou a falência política do cabralismo: o exército não se prestou a sufocar o levantamento camponês, e o duque da Terceira, presidente do governo, ministro da Guerra e comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão Militar, desamparou Costa Cabral, precipitando a sua queda<sup>7</sup>. Nessa altura — 19-20 de Maio de 1846 — «alguns deputados quiseram ainda dar um sinal de vida»<sup>8</sup>, oferecendo-se à rainha para apoiar «qualquer governo cartista» que ela entendesse escolher. Alegadamente, os «Cabrais» manobram para inutilizar este esforço<sup>9</sup>, significando com isso que, «desaparecendo [eles] da cena política», em ninguém reconheciam legitimidade para herdar a «situação» de que haviam sido donos e senhores durante quatro anos<sup>10</sup>. Nestas circunstâncias, «nada restava, senão morrer politicamente por algum tempo»<sup>11</sup>.

Como não custa a imaginar, foram muitos os que não aceitaram de bom grado essa morte política sem termo à vista, que a seus olhos não passava de um sacrifício gratuito e inglório por dois chefes que tratavam o partido como uma facção — como coisa sua. Recusaram, por conseguinte, unir-lhes o seu destino. «Seremos nós tão loucos que queiramos personalizar outra vez o partido cartista nas pessoas deles, para outra vez, e para sempre, nos perdermos com Cabrais<sup>12</sup>?» Não seriam, e por isso, verdadeiramente, data daqui, de 20 de Maio de 1846, a morte definitiva do «cabralismo» arregimentado e dirigido por Costa Cabral e pelo irmão desde 1842. Em

<sup>4</sup> Segundo se afirma no relatório da direcção de 3-6-46, a Companhia não adiantou mais dinheiro ao governo a partir de 28-1-46 (Banco de Portugal, arquivo da Companhia Confiança Nacional, n.º 18).

<sup>5</sup> J. G. Silva Sanches, *O Verdadeiro Estado da Dívida Pública em Maio de 1846*, Lisboa, 1848.

<sup>6</sup> *A União*, de 2-3-48.

<sup>7</sup> Cf. *A Restauração*, de 18-7-46, e confirmado pela correspondência particular de Costa Cabral (daqui em diante referido por CC) — v. carta do P.º Marcos para CC de 1-11-46, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 73. Luz Soriano diz que Terceira opinou em Conselho de Estado pela demissão do ministério (*Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, 2 vols., Lisboa, 1888, p. 333, II).

<sup>8</sup> Carta de Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa para CC de 25-7-46, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 47.

<sup>9</sup> Carta-circular de Moura Coutinho de 7-7-47, cit.

<sup>10</sup> Cf. *A Restauração*, de 20-7-46.

<sup>11</sup> Carta de B. M. Dias e Sousa de 25-7-46, cit.

<sup>12</sup> Carta-circular de Moura Coutinho de 7-7-47, cit.

seguida, a fuga e o exílio dos «Cabrais» despedaçaram o «partido», que, na ausência dos chefes, mergulhou em guerrilhas pessoais de invulgar truculência, ateadas pelas infundáveis intrigas que medravam num mar de universal suspeição. Cabral de todos recebia cartas, apontando os nomes dos que acreditavam na «possibilidade de salvar o país sem Cabrais»<sup>13</sup>, e acrescentava-os à longa lista dos seus inimigos, juntamente com os daqueles que permaneciam sob Palmela nos seus «altos empregos»<sup>14</sup>. Depois do 5-6 de Outubro escreveram-lhe que não viesse «para o movimento não aparecer como obra cabralista»<sup>15</sup>. E no Paço, onde tão depressa foram esquecidos os «serviços» que prestara, também não o queriam de volta<sup>16</sup>.

Sobre tudo isto, as relações entre os dois irmãos, já ensombradas desde 1845<sup>17</sup>, pioraram no exílio<sup>18</sup>. Em parte, tal era o reflexo inevitável das intrigas que fervilhavam em Lisboa. Naturalmente, a desavença dos irmãos fornecia às facções dois pólos de fidelidade concorrentes entre si, o que desde logo tornava virtualmente impossível a reconciliação do «partido» no futuro e no imediato o precipitou na desastrosa «restauração» do 5-6 de Outubro de 1846, em que, na linguagem franca de Bartolomeu dos Mártires, «os nossos amigos [...] foram comidos»<sup>19</sup>. Com efeito, longe e ao contrário de ter restaurado o «cabralismo», o 5-6 de Outubro entregou o poder ao duque de Saldanha, que até 1851 permaneceria imutavelmente fiel ao único objectivo de remover o conde de Tomar da cena política portuguesa<sup>20</sup>. Depois, durante a guerra civil, quase todos se foram rendendo à necessidade, e muitos até

<sup>13</sup> *Ibid.*

<sup>14</sup> Carta de CC para o marquês de Fronteira datada de Cádiz de 5-9-46, ANTT, arquivo da Casa Fronteira, maço n.º 290.

Sobre os critérios pelos quais CC distinguia amigos de inimigos: «Vejam se eles são demitidos dos seus empregos. Eu nesta parte estou pelo que dizia Napoleão quando se lhe apresentava algum pretendente. — Qu'avez-vous fait contre les Bourbons pour être pendu s'ils reviennent en France? Rien, disait-il. Eh bien [disait Napoléon], vous ne me convenez pas. — Assim digo eu.»

<sup>15</sup> Carta de João Rebelo da Costa Cabral para CC de 24-10-46, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 28.

<sup>16</sup> Carta de João Rebelo para CC de 18-10-46, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 28.

Sobre a amargura de CC, v. carta deste para Fronteira datada de Cádiz de 5-9-46, cit.

<sup>17</sup> V. também carta de Dias e Sousa para CC de 25-7-46, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 47.

<sup>18</sup> José Bernardo regressou a Lisboa em 17 de Abril de 1847, e os dois irmãos deixaram de se corresponder a partir de 21 de Junho seguinte (cf. carta de João Rebelo para CC de 12-7-47, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 28).

<sup>19</sup> Carta de B. M. Dias e Sousa para CC de 2-6-47, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 47.

<sup>20</sup> Sobre a estratégia de Saldanha antes e depois do 5-6 de Outubro, v. M. Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia*, Lisboa, 1993.

Mais tarde (14-2-48), Saldanha reiterou publicamente na Câmara dos Pares que em 1846 tentara conservar Bonfim e Antas no comando das Divisões Militares, respectivamente, de Lisboa e do Porto (cf. Carnota, *Memoirs of Field-Marshal The Duke of Saldanha*, 2 vols., Londres, 1880, p. 217, II).

mesmo à bondade, da intervenção estrangeira, que se sabia dirigida contra um regresso dos «Cabrais» ao poder<sup>21</sup>.

De volta à pátria, depois da guerra, a reorganização do partido requeria que os dois irmãos cooperassem publicamente a fim de isolarem e derrotarem Saldanha no próximo combate eleitoral. Era ainda cedo para Silva Cabral sair a campo sozinho. Subsistiam as antigas «antipatias» e muitos continuavam a não lhe reconhecer autoridade e envergadura para chefe do partido<sup>22</sup>. Por seu turno, o conde de Tomar, dada a desordem instalada durante a sua longa ausência, necessitava da falange do jornal *O Estandarte*, organizada pelo irmão. Juntos, ainda ganham as eleições de Dezembro de 1847, uma proeza cujos louros José Bernardo publicamente reivindicou<sup>23</sup>. Mas a revolução de Fevereiro de 1848 em Paris, bem como os subseqüentes acontecimentos revolucionários na Europa, precipitaram as cisões na farta maioria parlamentar que *O Estandarte* de José Bernardo se gabava de ter fabricado. De um lado estavam aqueles, como Ávila, que defendiam na Câmara de Deputados as concessões políticas como meio de desarmar a revolução<sup>24</sup>, advogando a necessidade de rever a Carta Constitucional<sup>25</sup>; do outro estavam os que, em coro com *O Estandarte*, preconizavam dureza para perseguir e aniquilar os revolucionários<sup>26</sup>, reclamando o reforço dos batalhões nacionais em nome da «necessidade inadiável de armar as autoridades de força pública»<sup>27</sup>. Saldanha toma partido pelos primeiros e Tomar pende para Saldanha<sup>28</sup>. Em 14 de Abril de 1848, a publicação do jornal *O Popular*, afecto ao conde, anuncia a ruptura entre os dois irmãos. Dali a pouco, a sua demissão da presidência «Centro eleitoral cartista do reino e ilhas» consagra

<sup>21</sup> «Muita gente, mesmo cartista, está satisfeita com a intervenção», escreveu João Rebelo a CC em 13-4-47 (ANTT, ACC, parte A, I, n.º 28).

<sup>22</sup> Carta de António de Lacerda para CC de 1-6-47, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 62.

<sup>23</sup> *O Estandarte*, de 22-12-47.

«Pois bem: se a gente actual do *Estandarte* não é a que venceu as eleições de 1847, nem representa o partido cartista, nós emprazamos um ministério qualquer para que empreenda umas eleições cartistas sem o nosso apoio» [*O Estandarte*, de 2-8-49 (itálico no original)].

<sup>24</sup> *O Estandarte*, de 28-2-48.

<sup>25</sup> No final de Março de 1848 apareceu na Câmara de Deputados um parecer da comissão eleitoral que questionava a constitucionalidade do artigo 63 da Carta, o que era uma maneira indirecta de propor a revisão da mesma (cf. *O Estandarte*, de 28-3-48). Dali a pouco, em princípios de Abril, Sá da Bandeira propunha nos Pares que se formasse uma comissão encarregada de averiguar se «o País» estava satisfeito com a execução da Carta no que tocava às suas disposições eleitorais (cf. *O Estandarte*, de 3-4-48).

<sup>26</sup> *O Estandarte*, de 6 e 9-3-48.

<sup>27</sup> *O Estandarte*, de 15 e 17-2-48.

<sup>28</sup> M. Pinheiro Chagas e J. Barbosa Colen, *História de Portugal Popular e Ilustrada*, 14 vols., Lisboa, 1907, vol. xi, pp. 290-292. A rainha resolve a crise ministerial (29-3-48) a favor de Saldanha e Tomar, aceitando a demissão do ministro do Reino, Gorjão Henriques, que preconizava a dureza advogada pela facção de Silva Cabral.

a ruptura e oficializa uma aliança tática e informal entre o duque de Saldanha e o conde de Tomar<sup>29</sup>.

Não que este tivesse abandonado o cartismo puro e abraçado com sinceridade a «doutrina das concessões», mas porque, na realidade, já não tinha escolha: José Bernardo, regressado do exílio vários meses antes do irmão<sup>30</sup>, acabara por se tornar o verdadeiro chefe do ultraconservadorismo e Costa Cabral não se sentia inclinado a ajudá-lo a conquistar o poder. Em tempos ainda tinha podido contê-lo, «cedendo» a algumas das suas «exigências»<sup>31</sup>. Agora, que o irmão contava com uma facção própria e se gabava de ter sido ele quem produzira a maioria parlamentar, a parceria de 1845 já não era susceptível de ser reeditada.

De parte a parte, a aliança com Saldanha era puramente instrumental. Desde a defecção do marechal duque da Terceira, em 1846, Costa Cabral apenas dispunha no exército de um apoio incerto. Precisava, portanto, de outro marechal, e Saldanha era o único que sobrava. Possuía prestígio militar, era presidente do governo e, pelo menos formalmente, estava coberto com a autoridade da rainha. Por todas estas circunstâncias, era incontornável. Privado de influência militar sólida e de um partido organizado e fiel, Cabral não dispunha de meios para o combater de frente. Decidiu-se a cooperar com ele até que chegasse a ocasião de lhe disputar frontalmente o lugar. Entretanto foi resistindo como pôde. Os seus amigos mais fiéis, em Lisboa e pela província, encarregavam-se de manter viva a esperança no regresso do conde ao poder. Na Câmara dos Deputados e na dos Pares dispunha de votos que Saldanha, por seu lado, não podia dar-se ao luxo de desprezar<sup>32</sup>. E tanto a guarda municipal como os batalhões nacionais de Lisboa, confiados ao zelo incansável dos dois irmãos Fronteira, continuavam a ser um reduto do conde de Tomar.

Saldanha estava no poder, mas o país não se deixava governar. A desorganização do Estado e a desobediência instalada na sociedade transformavam quaisquer reformas em «pretextos de que os agitadores se hão-de servir para desviar os ânimos dos povos»<sup>33</sup>. Na Câmara dos Deputados, na imprensa, no exército e na Câmara do Porto<sup>34</sup>, José Bernardo movia-lhe uma oposição tenaz, transformada em guerra aberta a partir de Julho de 1848<sup>35</sup>.

<sup>29</sup> «O centro cartista não morrerá, querendo Deus, porque um dos seus membros o abandona» (*O Estandarte*, de 13-5-48).

<sup>30</sup> Regressou em 17 de Abril de 1847 e Costa Cabral em 27 de Agosto de 1847.

<sup>31</sup> Carta de B. M. Dias e Sousa para CC de 25-7-46, cit.

<sup>32</sup> Cabral, de resto, gabava-se disso, o que suscitou a ironia de Carlos Bento no Parlamento: «S. Ex.<sup>a</sup> tinha maioria para si, e maioria para emprestar» (*DCD*, de 23-1-1850).

<sup>33</sup> *O Popular*, de 21-8-48.

<sup>34</sup> A Câmara do Porto era há vários anos dominada pela facção de José Bernardo e exprimia-se em *O Defensor* [cf. carta de Lopes de Vasconcelos (gov. civil do Porto) para CC de 19-12-49, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 70].

<sup>35</sup> *O Estandarte*, de 26-7-48.

Disfarçada de «Partido Nacional», a esquerda, ainda enleada nos compromissos da Patuleia e reanimada pela «Primavera dos Povos», eximia-se a toda a espécie de colaboração. Dispunha de quase nenhuns votos no Parlamento, mas combatia arduamente nos jornais e corroía a disciplina no exército. Os *radicais*, através do *Patriota* e da *Revolução de Setembro*, por vezes, faziam coro com o *Estandarte*, provando assim, para escândalo dos espíritos moderados, que os extremos acabam, afinal, por se tocar<sup>36</sup>. Ao centro, como acontecia desde sempre e se tornara particularmente notório em 1846-1847, não havia nada. Até Rodrigo, cansado de pregar a conciliação no deserto, suspende a publicação de *O Lusitano* em Abril de 1848. Restava pois ao duque de Saldanha atrair o apoio do conde de Tomar. Sob mais de um aspecto, apresentavam-se agora flagrantes semelhanças com a disposição das forças políticas no Outono de 1846, em essência deixada na mesma por uma guerra civil que, tendo terminado sem vencedores nem vencidos nítidos, nada de decisivo resolvera definitivamente.

De tão falsa, a situação era intrinsecamente volátil. Por força das coisas, era impossível os dois homens não virem a entrar em rota de colisão. Prevendo o facto como infalível, em meados de 1849 o *Estandarte* de José Bernardo dá a mão ao *Popular* de Costa Cabral. O *Patriota* logo comentou a sensacional reconciliação «entre os dois chefes da cabralice», correctamente interpretada como o prenúncio das hostilidades que levariam à demissão de Saldanha: «Os irmãos estão unidos; trabalham juntos; têm grandes meios. Não se lhes evita o triunfo<sup>37</sup>.» O afrontamento não se deu de forma directa. Em lugar disso, Saldanha e Tomar digladiaram-se através, respectivamente, do barão de Ourém e do marquês de Fronteira. Ourém, que era o ministro da Guerra, pretendia reduzir os batalhões nacionais, que escapavam à sua autoridade; Fronteira, que os comandava, pretendia aumentar o número dos seus efectivos. Através de ambos, Saldanha e Tomar mediam forças<sup>38</sup>. A rainha, em mais uma clara indicação das suas preferências, deixou que Ourém se demitisse<sup>39</sup>. Saldanha ainda esperou que uma manifestação militar

---

<sup>36</sup> Esta colaboração informal era registada pela policia do marquês de Fronteira: «Eu julgo que aqueles indivíduos já não são cartistas, e que estão todos unidos com os patuleias» [carta do marquês de Fronteira para CC sem data (presumivelmente em princípios de 1848), ANTT, ACC, parte A, I, n.º 55]. A mesma perversa convergência entre «despeitados» (grupo do *Estandarte*) e «revolucionários» não escapava ao P.º Marcos (cf. carta para CC de 18-11-48, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 73).

<sup>37</sup> *O Patriota*, de 22 e 12 de Junho de 1849.

<sup>38</sup> *O Estandarte*, de 19-6-49; cf. também *A União*, de 16-6-49, que cita a interpretação que o *Estandarte* dá do caso: os batalhões... «essa milícia cívica, impossível de aliciar»... «obnoxia aos déspotas e revolucionários — foi decidido no comité de Cintra [Saldanha] que deve ser esmagada com mão de ferro»... «se vencer esta primeira batalha, o barão laureato [Ourém] não duvida de *venir à bout* com o exército».

<sup>39</sup> Saldanha escreveu-lhe a avisar que a demissão de Ourém implicava a sua (carta de Saldanha para D. Maria de 16-6-49, ANTT, cartório da casa real, caixa 7323, m. 10, cap. 162.)

decidisse o braço de ferro a seu favor. Mas o exército não se mexeu, e Saldanha teve de ceder<sup>40</sup>. «O colosso veio ao chão», exultou o *Estandarte*<sup>41</sup>. A 19 de Junho de 1849, D. Maria teve enfim o prazer de reempossar Costa Cabral na presidência de um novo governo. Era ela, agora como dantes, a sua principal fonte de poder. Naturalmente, o caso serviu para aumentar o rancor que o *radicalismo* nutria pela monarquia.

Imediatamente se reabriu diante de Tomar o dilema com que já deparara em finais de 1847, princípios de 1848. O apoio da facção de *O Estandarte*, conforme o jornal deixou bem vincado, era inteiramente condicional, e logo avisou que só aprovaria «um governo cartista de 1845»<sup>42</sup>, o mesmo do qual José Bernardo fizera parte. Tal como em 1845, o «mano» manifestava agora abertamente «querer parecer por força e em tudo equiparar-se, se não exceder», ao conde<sup>43</sup>. Com aquela declaração, José Bernardo da Silva Cabral chamava a si a representação simbólica do cabralismo, erigindo a administração a que pertencera na referência paradigmática do liberalismo conservador. Depressa começaram a notar-se os efeitos palpáveis do seu apoio ao governo de 19 de Junho: «Muitos empregados, que tinham recebido as suas nomeações do ministério de Saldanha, foram imediatamente demitidos<sup>44</sup>.» Mas se o conde se resignasse a executar o *Diktat* do irmão, com que argumento lhe recusaria uma «cadeira ministerial»? Tomar repeliu o papel de refém e enfrentou a chantagem. Esta liberdade custou-lhe a renúncia ao antigo «exclusivismo». O «exclusivismo» pertencia agora ao irmão, e era contra ele que tinha de governar. Não mudara de temperamento nem, muito provavelmente, mudara de convicções. Mas a força das circunstâncias obrigava-o a uma brandura que no passado se lhe desconhecía. Logo na sua primeira reunião o conselho de ministros lavrou em acta que o novo governo «estava possuído dos melhores sentimentos a favor da conciliação de toda a família portuguesa»<sup>45</sup>. Com efeito, uma das suas primeiras medidas consistiu em anunciar uma amnistia para todas as ofensas políticas. Por uma ironia do destino, era agora Costa Cabral quem sobre as coisas passadas deitava um «véu de esquecimento», esse «bálsamo» cujas virtudes curativas Rodrigo levara anos a apregoar.

O *Estandarte* reagiu, como era de esperar. Logo em 27 de Agosto, dois meses após o começo da segunda administração de Costa Cabral, declarou-se formalmente na oposição. Estava cansado de «incúria», farto de «minúcias

<sup>40</sup> *O Estandarte*, de 17-7-49.

<sup>41</sup> 20-6-49.

<sup>42</sup> *O Estandarte*, de 12-7-49.

<sup>43</sup> Carta de B. M. Dias e Sousa para C. C. de 25-7-46, cit.

<sup>44</sup> Camota, *Memoirs of Field-Marshal The Duke of Saldanha*, cit., vol. II, p. 250.

<sup>45</sup> Acta do conselho de ministros de 18-6-49, ANTT, ACC, parte B, II, n.º 29.

enredadoras» e enjoado do «elixir das portarias» com que o governo supria a audácia que lhe faltava para as drásticas reformas que o país reclamava<sup>46</sup>. Alcançou o ministério de «os seis dormentes»<sup>47</sup> e vaticinou que seria despedido tão ominosamente como em França acontecera ao Directório<sup>48</sup>. José Bernardo, presumivelmente, seria o nosso Napoleão. Descontada a enorme dose de basófia que inchava a prosa do *Estandarte*, o certo é que as críticas e denúncias que diariamente enchiam as suas páginas foram produzindo um efeito de desgaste que deixou o governo, e principalmente Costa Cabral, demasiado vulnerável para enfrentar a campanha de acusações, de uma violência sem precedentes, com que no final de 1849 toda a oposição fustigou o presidente do governo. Todos os dias a imprensa revelava escândalos e publicava alegadas provas de que o ministro era «concuSSIONÁRIO» ou, ainda mais cruamente, «ladrão»<sup>49</sup>. Na câmara alta, com as galerias apinhadas de populares ávidos de gozarem a humilhação do «tirano», Cabral era interpelado pelos seus pares e via-se obrigado a repelir «injúrias», «calúnias» e «ultrajes» dirigidos a aniquilar a sua pessoa, não a questionar a política do seu governo<sup>50</sup>. Lavradio, com o seu modo sibilino de acusar, estava sempre na primeira linha do ataque. Depois dele, Rodrigo, com a sua infinita compreensão pela fraqueza dos homens, disparava setas venenosas embrulhadas em falas mansas. Saldanha, é claro, dizia que, pessoalmente, não dava crédito ao que em toda a Lisboa se dizia e escrevia. Mas logo lembrava a necessidade de o homem de Estado provar a sua inocência, sabendo que exigia o impossível<sup>51</sup>. Tomar respondia atacando, como era seu estilo. Erguia o dedo e lembrava os podres dos próprios que o acusavam, prometendo que havia de «entregá-los à irrisão pública». Os mesmos jornais que agora o enxovalham tinham outrora caluniado alguns dos pares ali presentes, que, no entanto, se limitaram a responder-lhes com o desprezo. Mas ao conde de Tomar, «aristocrata novo e descendente de um plebeu», a esse exigia-se que provasse a sua inocência perante o júri<sup>52</sup>! Em volta dele, na rua, nos jornais e nas câmaras erguera-se uma muralha

<sup>46</sup> *O Estandarte*, de 27-8-49.

<sup>47</sup> *Ibid.*, de 5-11-49.

<sup>48</sup> *Ibid.*, de 14-9-49.

<sup>49</sup> Para um resumo da campanha de acusações movida na imprensa e dos debates havidos nas câmaras em Janeiro-Fevereiro de 1850, v. M. Pinheiro Chagas e Barbosa Colen, *op. cit.*, vol. XI, caps. XXVI e XXVII.

<sup>50</sup> A interpelação pessoal do presidente do conselho iniciou-se na Câmara dos Pares a 12-1-50, a pretexto da resposta ao discurso da coroa (v. excertos das sessões de 12-18 de Janeiro de 1850 no *Diário do Governo* de 15 a 21-1-50).

Depois, a 1-2-50, Lavradio levanta nos Pares a questão do *affidavit* (cf. *Diário do Governo* de 5-2-50), tendo proposto a interpelação formal do presidente do conselho, que foi agendada para 5-2-50 (*Diário do Governo* de 8-2-50).

<sup>51</sup> Saldanha contou-se entre os que votaram a favor da interpelação do presidente do conselho (sessão de 5-2-50).

<sup>52</sup> Câmara dos Pares, sessão de 15-1-50, in *Diário do Governo* de 17-1-50.



de ódio composta de antigos inimigos agora irmanados na determinação de o abaterem. «Poucos exemplos há na história», escreveu-lhe o P.<sup>e</sup> Marcos, de uma aversão tão forte, tão cega e tão arreigada<sup>53</sup>.»

O conde de Tomar representava ainda a luta contra a revolução quando na Europa ela já fora derrotada. Em Portugal, de resto, a «Primavera dos Povos» não dera mais do que a caricata «revolta das hidras», que o governo em pouco tempo neutralizou com meia dúzia de prisões cumpridas em regime hoteleiro<sup>54</sup>. Passara o medo da anarquia revolucionária, o pavor da subversão social, e passara também, por conseguinte, a hora de Cabral. O homem tornou-se dispensável e, com a excepção decisiva da rainha, passou a ser visto por toda a gente como um estorvo à pacificação da política portuguesa: Costa Cabral converteu-se, ele próprio, no pomo da discórdia. De «indispensável», a sua presença tornou-se «uma verdadeira calamidade» para o país<sup>55</sup>. Foi isto mesmo que exprimiu Carlos Bento em pleno Parlamento: «tenho visto homens tornarem-se impossíveis à força de serem indispensáveis»; o conde de Tomar, acrescentou, «não pode estar um instante [nas cadeiras do governo] sem comprometer todos os interesses desta nação»<sup>56</sup>.

Aparentemente, o país tinha mergulhado numa apatia generalizada. Como se entre a quietude da província e o frenesim de um punhado de conspiradores urbanos se tivesse cavado um fosso intransponível. O marquês de Fronteira, que a partir do Governo Civil de Lisboa dirigia uma polícia secreta que recolhia informações de todos os cantos do país, seguia os «manejos» dos revolucionários e verificava, com satisfação, a indiferença das populações. As comunicações recebidas directa e oficialmente dos governadores civis do reino confirmavam esta impressão. Na sua maior parte, asseveravam que as «ideias de movimento revolucionário» não passavam de «embustes» propalados pelos «inimigos» do governo com o manhoso fim de «observar as medidas que se tomam». Por mais de uma vez se aprazaram «movimentos», mas, chegada a hora, ninguém aparecia. As andanças dos emissários dos «clubes» e as reuniões de «comités» entraram numa espécie de rotina com que umas dúzias de espíões justificavam os seus salários, mas nunca ameaçaram seriamente a ordem estabelecida<sup>57</sup>. Aparentemente, o frenesim

---

<sup>53</sup> Carta do P.<sup>e</sup> Marcos para C. C. de 1-11-46, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 73 (esta carta encontra-se, por engano, arrumada no maço 62).

<sup>54</sup> «Na clausura fazia-se uma festa todos os dias, porque as famílias dos presos e as pessoas amigas mandavam tudo o que havia de primoroso na sua cozinha e, juntamente, a filigrana da copa» (Bulhão Pato, *Memórias*, Lisboa, 1986, vol. II, p. 104).

<sup>55</sup> *DCD*, de 24-1-50.

<sup>56</sup> Pereira de Melo (*DCD*, de 21-1-50).

<sup>57</sup> O estado da ordem pública, em geral, e as andanças e «manejos» dos revolucionários e seus agentes, em particular, são o objecto quotidiano da correspondência dos governadores civis para o ministro do Reino, perfazendo milhares de documentos que não faria sentido

conspirativo destinava-se a reorganizar as «comissões filiais» e a relançar a influência do «Partido Setembrista», que, à excepção dos seus (poucos) núcleos urbanos mais militantes, «realmente há meses tem estado adormecido»<sup>58</sup>.

No entanto, a paz era enganadora. Depois da «Patuleia», a confiança pública nunca voltou a ser restabelecida. Uma fractura insanável separava os que tinham aderido à junta do Porto dos que haviam servido o governo de Lisboa e em cada concelho os dois grupos continuavam a guerrear-se. As autoridades que afiançavam existir «sossego político» no distrito respectivo eram as mesmas que proibiam as «tabernas abertas depois das oito horas da noite» para evitar desordens e que mandavam formar «colunas volantes» e «destacamentos» para prevenir possíveis revoltas. O país, por seu turno, surdo à propaganda revolucionária e aparentemente adormecido, na realidade resistia tenazmente ao governo do conde de Tomar. Era uma resistência passiva impossível de vencer. Generalizou-se a obstrução à cobrança dos impostos. Os «povos» descobriam ou fingiam descobrir «inovações», que interpretavam como manhas para mais os explorarem, e protelavam o pagamento ou recusavam-se a pagar. As próprias autoridades, desmoralizadas e conscientes da sua fraqueza, eram as primeiras a implorar «prudência» ao governo de Lisboa. Os governadores civis recomendavam aos administradores de concelho que não se limitassem a fazer executar as leis, mas que, pelo contrário, sobre elas «meditassem», propondo as alterações «que convém fazer», a fim de evitar «as más consequências que se podem seguir da sua observância»<sup>59</sup>. A mais inócua medida que sugerisse reforma ou novidade era repelida com energia ou esbarrava numa barreira de inércia. Como explicava um compreensivo governador civil, «o povo português é muito aferado aos seus antigos hábitos», o que desaconselhava toda e qualquer medida tendente a alterá-los. E neste caso tanto estavam as leis de saúde como a actualização da décima e a uniformização dos pesos e medidas, ou ainda a transferência de tropas às quais os povos se houvessem entretanto afeiçoado. Como que movido pela memória traumatizada do primeiro governo dos «Cabrais», o interior do país, com simples passividade ou com a ameaça de «comoções», intimidava as autoridades locais e reduzia o governo à inoperância. É este o retrato que se desprende da infindável correspondência

---

individualizar no âmbito deste artigo, a não ser excepcionalmente. Toda esta documentação se encontra no ANTT, sob a cota «Arquivo Central das Secretarias de Estado do Ministério do Reino», agrupada por «Processos» numerados, referenciados nos «Livros de entradas» LV 908-A (1848-1849), LV 909-A (1849-1850) e LV 910-A (1851-1852).

<sup>58</sup> Ofício do marquês de Fronteira para o ministro do Reino (Tomar) de 7-11-49, ANTT, Arquivo das Secretarias de Estado do Ministério do Reino (daqui em diante, AMR), LV909-A, proc. n.º 127.

<sup>59</sup> Circular do governador civil de Braga a todos os administradores de concelho do seu distrito datada de 6-3-50, ANTT, AMR, LV 909-A, proc. n.º 458.

recebida de todos os lados no ministério do Reino: os «povos» tornaram-se, literalmente, ingovernáveis.

Ninguém queria comprometer-se com uma administração que todos presentiam condenada. Na província, antigos adeptos de Costa Cabral passaram-se para as fileiras do irmão<sup>60</sup>. Aos que permaneceram fiéis falecia o ânimo. Tinham, também eles, perdido a fé. No fundo, julgavam o conde liquidado e temiam ser arrastados na queda. Poucos havia que ainda gostassem de passar por «cabralistas»<sup>61</sup>. De toda a parte lhe escreviam queixando-se do «desgosto» e «desanimação» que «lavrava» no «partido», lamentando o abandono a que os correligionários tinham votado a «causa» da Carta<sup>62</sup>. Sobre todas as coisas, a «zanga» dos «manos» espalhou, mais que tudo, perplexidade e confusão. O partido, «dividido por essa tão prejudicial cisão entre V. Exa. e seu mano, parece atacado de stupor, está em completo indiferentismo político»<sup>63</sup>. Muitos, não sabendo qual dos chefes escolher, tinham optado por se afastar da política. Outros, lamentando a destruição do «partido cartista», viviam «atormentados» com as vantagens que Saldanha e «a Patuleia» dela tiravam<sup>64</sup>. Finalmente, outros ainda cobravam caro o seu apoio. Exigiam «graças» e «mercês», avisando que sem elas aparecerem não dariam nem «mais um passo»<sup>65</sup>.

No Verão de 1850, alegando a necessidade de tratar o reumatismo, Costa Cabral desloca-se às Caldas da Rainha e dali retira-se para Tomar, e por lá se vai demorando, alheio aos apelos dos amigos para que viesse pôr cobro à «intriga, sedução e até relaxação dos vínculos de obediência e da disciplina» que progrediam a olhos vistos na administração e no exército<sup>66</sup>. Entregue a si mesmo, o governo mergulhou numa profunda letargia. No Paço apenas se tinha notícia dele por algumas cartas que muito espaçadamente chegavam pelo correio. Os ministros, aterrados pelos boatos de um «movimento militar», fechavam-se nas secretarias, «com medo de serem assassinados»<sup>67</sup>,

<sup>60</sup> Carta de Albano Caldeira datada de Castelo Branco de 30-7-49, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 39.

<sup>61</sup> Carta de Albano Caldeira para CC datada de Viseu de 13-7-50, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 39.

<sup>62</sup> Carta do «amigo» Olímpio para CC datada de Viseu de 13-8-50, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 51.

<sup>63</sup> Carta de Albano Caldeira para CC datada de Castelo Branco de 6-10-49, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 39.

<sup>64</sup> Carta de Ferrugento para CC sem data (Agosto de 1850), ANTT, ACC, parte A, I, n.º 51. Ferrugento era «um antigo empregado da polícia que privava muito com o conde de Tomar» (cf. Marquês de Fronteira, *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, Lisboa, 1986, vol. IV, p. 353).

<sup>65</sup> Carta do visconde de Ferreira para CC de 13-7-49, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 50.

<sup>66</sup> Carta de F. Pereira de Magalhães para CC de 19-8-50, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 83.

<sup>67</sup> Cartas do P.º Marcos para CC de 7 e 9-9-50, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 73.

enquanto várias autoridades da província, por temor de um «movimento popular», vinham refugiar-se em Lisboa<sup>68</sup>. Mais grave do que a paralisia do ministério, a deserção dos amigos e o destroço do «partido» era o estado do exército, onde Saldanha ganhava adeptos na exacta medida em que aumentava o atraso no pagamento dos soldos. Do Minho ao Algarve são constantes as queixas de que a «força pública» está a chegar «aos extremos da desesperação»<sup>69</sup>, predispondo naturalmente a tropa para «apoiar qualquer revolta que se manifeste no país»<sup>70</sup>. O problema, cuja solução era, sem dúvida, vital, apresentava-se tão mais difícil de atalhar quanto também o Banco de Portugal, em cuja assembleia geral pontificava José Bernardo, se passara no Verão de 1850 para a oposição<sup>71</sup>. Ávila, o ministro da Fazenda, obtivera até esta altura empréstimos bancários que foram ministrando algum alívio e permitindo tapar alguns buracos. Mas em Agosto de 1850 as negociações para um novo empréstimo de 400 contos goraram-se porque o ministro, segundo alegou, não se dispôs a ceder às exigências «agióticas» apresentadas pelo Banco<sup>72</sup>. E o dinheiro que este agora não emprestou mais tarde tê-lo-á oferecido para financiar o pronunciamento da Regeneração<sup>73</sup>.

Ora foi quando já estava literalmente cercado — pela resistência passiva do país, pela desmoralização das autoridades, pelo abandono dos antigos partidários, pelo desânimo dos amigos, pela guerra do *Estandarte*, pelo fogo cruzado das facções, pela sedição no exército, pela oposição do Banco de Portugal, pela ronda dos escândalos difamantes — que o conde de Tomar escolheu o momento para afrontar o duque de Saldanha pública e directamente.

Depois de 1849, que ficou conhecido como o «ano do caleche», rebentou em 1850 o escândalo do *affidavit*. Desta vez era a própria honra da rainha, como «mulher», «esposa» e «mãe», que resultava salpicada pela contenda

---

<sup>68</sup> Carta de Saldanha para Ourém de 21-8-50, in Camota, *Memoirs...*, cit., p. 260, II.

<sup>69</sup> Carta de Lopes de Vasconcelos para CC de 3-2-50, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 70.

<sup>70</sup> Ofício do governador civil de Leiria para o ministério do Reino de 10-8-50, ANTT, AMR, LV 909-A, proc. n.º 693.

<sup>71</sup> Depois de uma fase de boas relações, coroada pela aprovação do diploma de 20 de Abril de 1850 que legalizava definitivamente o Banco de Portugal (criado por decreto de 19-11-46), as relações entre o Banco e o governo entraram numa fase de deterioração, que degenerou em guerra aberta. Sobre a evolução das relações entre o governo e o Banco, v. Jaime Reis, *O Banco de Portugal. Das Origens a 1914*, Lisboa, 1996, vol. 1, pp. 341-371. Sobre o papel de José Bernardo da Silva Cabral, v. especialmente pp. 365-366.

<sup>72</sup> Carta do P.º Marcos para CC de 6-9-50, ANTT, ACC, parte A, I, n.º 73.

<sup>73</sup> Assim o sustentam Barbosa Colen (P. Chagas e B. Colen, *História de Portugal*, cit., vol. XI, pp. 580-581) e o marquês de Fronteira (*Memórias*, cit., vol. IV, p. 358). No entanto, Jaime Reis, *op. cit.*, conclui apenas ser certo que, individualmente, «algumas das suas [do Banco] figuras gradas tiveram um lugar destacado na preparação da Regeneração, eventualmente contribuindo com dinheiro do próprio bolso para as respectivas despesas» (p. 373).

jurídica em que Costa Cabral se envolvera com o jornal inglês *Morning Post*. Lavradio, nos Pares, levantou a questão, e Saldanha, conforme já dito, exprimiu o parecer de que ela devia ser discutida. D. Maria ripostou, despedindo-o de mordomo-mor, primeiro criado do Paço, e com isso deu uma vez mais a vitória a Costa Cabral, que propôs e referendou o decreto da demissão. Saldanha reagiu e foi, sucessivamente, demitido de conselheiro de Estado, de vogal do Supremo Tribunal de Justiça Militar e de ajudante de campo d'el-rei D. Fernando. A partir daqui — Março de 1850 —, a segunda administração de Costa Cabral entrou em contagem decrescente. José Bernardo, numa última manifestação de solidariedade fraternal, ainda tomara a defesa do irmão no Parlamento quando a campanha do *affidavit* atingiu o rubro. Mas em breve O *Estandarte* recomeçou a crivá-lo de censuras e acusações e em Outubro declarou brutalmente que «um muro de bronze» separara «para sempre» os dois campos<sup>74</sup>. Todos os olhos se voltavam para Saldanha, por isso que se sabia que apenas o exército podia derrubar o ministro, coberto com o apoio resolutivo da rainha. No país vizinho, Narváez ainda lhe prometeu protecção num discurso pronunciado nas cortes<sup>75</sup>. Mas em Janeiro de 1851, terminada a revolução na Europa, também o general «moderado» deixava o poder em Espanha. Com isso dissipou-se a ameaça de uma intervenção espanhola no caso em que por cá se empreendesse a remoção de Costa Cabral pela força. Apenas a rainha se atravessava agora no caminho de Saldanha.

Já em Dezembro de 1849 o duque lhe tinha escrito uma extensa carta em que, com grande respeito, mas com não menor franqueza, procurava convencer D. Maria de que era impreterível afastar um ministro que acabava por expô-la ao «ódio geral». E avisava sem rodeios: «Se Vossa Majestade quer continuar a reinar em Portugal; se Vossa Majestade deseja que a sua Dinastia continue o seu reinado; não espere, para demitir o conde de Tomar, que em qualquer parte do reino se levante um grito armado contra ele<sup>76</sup>.» Por motivos que a pura razão tem dificuldade em penetrar, Saldanha sempre se achara investido de uma autoridade paternal junto da filha de D. Pedro IV. Ao despedi-lo de mordomo-mor, esta revelou secamente que recusava a tutela do súbdito. Saldanha preparou-se para soltar o «grito armado» contra o conde de Tomar. No dia 7 de Abril de 1851 saiu de Lisboa, acompanhado do filho e dos ajudantes de ordens, e dirigiu-se para Sintra e Mafra, por onde decidira iniciar o pronunciamento.

<sup>74</sup> 23-10-50.

<sup>75</sup> Pinheiro Chagas e Barbosa Colen, *op. cit.*, vol. xi, p. 531.

<sup>76</sup> Carta de Saldanha para D. Maria de 16-12-49, ANTT, cartório da casa real, caixa 7323, m. 10, cap. 162.

Não foi um pronunciamento igual aos outros a que já se assistira em Portugal. Desta vez, e pela primeira vez, os civis não seriam autorizados a participar. O conde das Antas ofereceu-se a Saldanha com todo o Partido Progressista, prometendo-lhe incondicional submissão. Instruído pelo passado, o duque recusou: «Não consentirei que a *vossa* revolução tenha lugar; dado que eu próprio tenciono fazer uma. No estado de irritação em que o país agora se encontra, um movimento democrático poderia levar não apenas à expulsão da rainha, mas, provavelmente, ao derrube da dinastia<sup>77</sup>.» A estas razões políticas acresciam razões corporativas: «Se recorresse à revolução popular estava perdido. Há desde 1846 uma tal antipatia dos soldados para com os populares, que se me quisesse valer destes seria abandonado por aqueles e fugir-me-iam os próprios que já me seguem. Ou a revolução há-de fazer-se com o exército somente, ou não se fará.<sup>78</sup>» A experiência mostrara que a intrusão de civis contribuía para reforçar as divisões políticas dentro do exército, minando a disciplina militar e impedindo o estabelecimento de uma cadeia de comando unificada. A obediência no interior do exército não podia continuar dividida entre duas lealdades contraditórias, a hierarquia interna, por um lado, e as facções políticas externas, por outro. Dito por outras palavras: impunha-se acabar com a existência de dois exércitos, um cartista e outro setembrista-*radical*. A esquerda, arregimentada no agora denominado «Partido Nacional», mas que em essência não passava do partido da «Patuleia» de outros tempos, foi conservada de fora. Manteve-se numa atitude expectante, «observando perfeita neutralidade» e afectando desinteresse por uma contenda em que não fora chamada a entrar<sup>79</sup>. José Bernardo e o seu *Estandarte* vinham fazendo o que podiam para serem prestáveis ao marechal. «Aliciavam» militares e magistrados colocados na província e escreviam cartas aos amigos «anunciando que era inevitável uma revolução»<sup>80</sup>. Mas Saldanha queria ouvir do exército, e só do exército, um grito unísono em seu favor. Apoiado num exército unificado e nada devendo aos políticos, estaria em condições de ditar o destino do país. O alto pedestal da independência suprapartidária com que sonhara desde o Verão de 1846 parecia estar aí. Mas não estava ainda, ou pelo menos não estava ainda inteiramente.

---

<sup>77</sup> Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 267, II.

<sup>78</sup> Palavras de Saldanha em Coimbra em Abril de 1851, reproduzidas por Henriques Sêcco, *Memórias do Tempo Passado e Presente para Lição dos Vindouros*, 2 vols., Coimbra, 1880-1889, p. 319, II; v. também p. 295, II, e nota a), pp. 319-320, II.

<sup>79</sup> Ofício confidencial do governador civil de Bragança para o ministro do Reino de 18-4-51, ANTT, AMR, LV 910-A (1851-1852), proc. n.º 215.

<sup>80</sup> Ofício do governador-civil de Lisboa para o ministro do Reino de 10-3-51, ANTT, ACC, LV 910-A (1851-1852), proc. n.º 22.

Falharam as primeiras adesões com que Saldanha contava, e a adesão de Caçadores 5 de Leiria, no dia 9, verificou-se tarde de mais para que pudesse realizar-se o plano de junção dos rebeldes em Santarém, uma vez que D. Fernando chegou nesse dia ao Cartaxo com as tropas da rainha. Ao assumir o comando-chefe do exército (9 de Abril), D. Fernando espalhou hesitação nas fileiras dos que antes se tinham inclinado a seguir Saldanha. Com o rei em campo, acompanhado pelo duque da Terceira, as coisas mudavam de figura<sup>81</sup>. Saldanha percorreu o Centro e o Norte do País, estacionou brevemente em Coimbra e acabou a refugiar-se na Galiza. Mas quem não tardou a dar-se por derrotado, e desta forma contribuiu para o salvar, foi o próprio D. Fernando, que depressa reconheceu que a vitória de Saldanha era inelutável. Durante a sua digressão forçada pela província, o rei registou a frieza da população, observou o descontentamento de funcionários e notáveis e verificou a indisciplina da tropa que ele próprio comandava<sup>82</sup>. Convenceu-se de que o conde de Tomar era insustentável e escreveu a D. Maria que toda a «nefasta família» dos «Cabrais» devia ser «banida do país»<sup>83</sup>. A 26 de Abril recomendou-lhe que procedesse «imediatamente» à organização de um novo ministério<sup>84</sup>.

Saldanha não vencera inteiramente só. Os cinco sargentos de Caçadores 9 que no Porto, na noite de 24 para 25 de Abril, desencadearam o pronunciamento, por certo, não tomaram isoladamente a tremenda responsabilidade de um tal acto. A luz verde para a sublevação do Porto foi dada pelo chefe do «Partido Nacional» e ex-presidente da junta do Porto, José Passos<sup>85</sup>, e, possivelmente, pelo chefe do partido do *Estandarte*<sup>86</sup>. José Bernardo não retiraria daí qualquer benefício: tornara-se demasiado obnóxió ao país para que Saldanha pudesse contemplá-lo com qualquer mercê ou lugar. Mas a dívida aos primeiros viria a seu tempo de ser paga. O «Partido Nacional» aparece em força no ministério de 22 de Maio: Jervis de Athouguia, Luis

<sup>81</sup> Marquês de Fronteira, *Memórias...*, cit., vol. iv, p. 375.

<sup>82</sup> Carta de D. Fernando para D. Maria datada de Coimbra de 26-4-51, ANTT, cartório da casa real, caixa 7321, m. 9, cap. 128.

<sup>83</sup> Carta de D. Fernando para D. Maria datada de Coimbra de 29-4-51, ANTT, cartório da casa real, caixa 7321, m. 9, cap. 128.

<sup>84</sup> Carta de D. Fernando para D. Maria de 26-4-51, cit.

<sup>85</sup> Marquês de Fronteira, *Memórias...*, cit., vol. iv, pp. 378-379.

«O movimento de 1851 foi *um movimento militar*, mas os homens influentes do partido popular ajudaram-no eficazmente, porque ele era a justificação plena e evidente da revolução de 1846 a 1847» [António Maria Baptista, *Uma Década de História Contemporânea (1838-1848)*, Lisboa, 1889, p. 120 (itálico meu)].

<sup>86</sup> Segundo Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, cit., p. 338, II. Devo notar que não obtive confirmação por outra fonte de que a facção portuense do *Estandarte* tivesse tido parte activa e directa nos acontecimentos da noite de 24 para 25 de Abril.

Filipe de Soure, Marino Miguel Franzini e Loulé, que na altura já era uma figura emblemática do setembrismo. Estaria então Saldanha de novo refém da velha esquerda de sempre?

O certo é que não tardou a desembaraçar-se dela. Para começar, o pronunciamento surgira a público, para todos os efeitos, como o resultado de uma iniciativa puramente militar. E, na verdade, assim fora. Há meses que se sabia e dizia que o marechal Saldanha preparava o terreno para um golpe. Simultaneamente, mas paralelamente, os civis continuavam a conspirar, nunca deixando o marquês de Fronteira sem assunto para os minuciosos relatórios que regularmente enviava ao ministro do Reino. Fiéis ao velho modelo revolucionário, no qual estavam treinados, os «partidos» nunca desistiram de influenciar o exército para promoverem uma insurreição armada, da qual seriam os mentores para serem, depois, os chefes da nova situação. Mas o ponto decisivo esteve em que, neste caso, Saldanha agiu por iniciativa própria e à margem deles<sup>87</sup>. Dos relatórios do marquês de Fronteira não constam referências ao aliciamento de civis. O marechal recusou-se a dirigir o «movimento popular» que estava «combinado» e decidiu-se, pelo contrário, a «preveni-lo»<sup>88</sup>. Contava, sem dúvida, com o aplauso do país, mas rejeitou o envolvimento directo dos partidos. Com a rápida e inesperada entrada em cena do rei, os cálculos falharam e a cooperação dos sargentos do Porto, à última hora, foi necessária e decisiva. Mas não só em momento algum do pronunciamento se verificou a mistura de paisanos armados com tropas regulares, como a onda de adesões de oficiais superiores, embora retardada, foi inequivocamente um movimento de resposta ao apelo do chefe militar, e não um gesto de obediência ao líder partidário. Quando o pronunciamento vingou, por conseguinte, Saldanha, representando o exército, achou-se dono e senhor da situação, «livre do domínio da Patuleia»<sup>89</sup>.

Ninguém duvidou por um só momento de que assim era. De todo o país choveram os cumprimentos e adulações. Muitos dirigiram-se pessoalmente para o Porto, «oferecendo[-se] como genuflexores ao chefe da revolta»<sup>90</sup>. Todas as parciaisidades saudaram o triunfo de Saldanha. Até mesmo os últimos fiéis do conde de Tomar prometeram lealdade e resignação nas páginas do jornal *A Lei*<sup>91</sup>. O *Estandarte* de José Bernardo exibiu uma cordura nunca vista<sup>92</sup>. A *Revolução de Setembro* reconheceu expressamente a falência da

---

<sup>87</sup> Cf. notas 76, 77 e 84 supra.

<sup>88</sup> Carta de Saldanha para Lavradio de 28-12-51, ANTT, ACC, parte C, miscelânea, n.º 84.

<sup>89</sup> Conde do Lavradio, *Memórias do Conde do Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal*, comentadas pelo marquês do Lavradio, 4 vols., Coimbra, 1932-1937, p. 314, III.

<sup>90</sup> Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, cit., p. 345, II; Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 274, II.

<sup>91</sup> 1-5-51.

<sup>92</sup> V. números de Abril de 1851.



democracia na Europa e ofereceu-se para servir a monarquia constitucional<sup>93</sup>. Até mesmo o *radicalismo* mais lunático desarmou, admitindo que «a opinião de todos os matizes políticos era a favor do Marechal»<sup>94</sup>. Todos os partidos lhe ofereceram os seus serviços e lhe disputaram o favor. E a própria rainha, vergada finalmente à evidência dos factos, dispôs-se a entregar-lhe o poder inteiro, esperando que o duque lhe salvasse o trono. À volta dela segredava-se a possibilidade de Saldanha ser tentado a assumir a regência em nome de D. Pedro V<sup>95</sup>.

A 26 de Abril, a rainha nomeou o duque da Terceira presidente de um novo ministério cujo programa era «reservar tudo para os ministros» que Saldanha viesse a designar<sup>96</sup>. A 1 de Maio capitulou em toda a linha e entregou a rendição por escrito: «Confio plenamente ao general e amigo do meu pai o futuro deste País e da coroa<sup>97</sup>.» A 7 confirmou todas as «ordens», «nomeações» e «promoções» expedidas pelo duque no Porto e no mesmo dia restituiu-o ao cargo de mordomo-mor, do qual fora privado «por considerações que não seria conveniente recordar»<sup>98</sup>. Vendo nele o único garante da ordem, a 8 instou-o a que regressasse com urgência a Lisboa para com a sua presença pôr termo ao «estado violento» em que se encontrava a capital<sup>99</sup>. Os conservadores pediam-lhe que viesse rápido de vapor e aconselhavam-no a que desembarcasse modestamente na Pampulha, a fim de evitar que o «vivório» do povo e da tropa degenerasse na aclamação de uma regência<sup>100</sup>. A «Patuleia», pelo contrário, recomendava-lhe que marchasse com majestade sobre Lisboa, à frente de um grande exército unido aos patrióticos batalhões de paisanos que ela se prestava a fornecer<sup>101</sup>. Os seus chefes, muito

<sup>93</sup> 29-4-51.

<sup>94</sup> *O Patriota*, de 12-4-51. Devo as citações referidas nas notas 91 a 94 ao Dr. José Miguel Sardica, a quem agradeço.

<sup>95</sup> A 6 de Maio, em carta para Saldanha, o barão da Luz «refere a informação de haver intenções de dar *Vivas* ao 'Regente' por ocasião do desembarque do marechal» (Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 288, II).

<sup>96</sup> Carta do barão da Luz para Saldanha de 6-5-51, in Pinheiro Chagas e Barbosa Colen, *História de Portugal*, cit., vol. XI, p. 577.

<sup>97</sup> Carta de D. Maria para Saldanha de 1-5-51, in Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 278, II.

<sup>98</sup> Carta de D. Maria para Saldanha (também assinada pelo ministro da Guerra, barão de Francos) de 7-5-51 (Carnota, *Memoirs...*, cit., pp. 280-281, II).

<sup>99</sup> Carta de D. Maria para Saldanha de 8-5-51, in Pinheiro Chagas e Barbosa Colen, *História de Portugal*, cit., vol. XI, p. 577.

<sup>100</sup> Carta de Reis de Vasconcelos para Saldanha de 5-5-51, in Carnota, *Memoirs...*, cit., pp. 285-6, II. E carta de Tomás Maria Bessone para o P.<sup>o</sup> Marcos de 3-5-51, in P. Chagas e B. Colen, *História de Portugal*, cit., vol. XI, p. 576.

<sup>101</sup> «P. S. – Os *patriotas* arregimentaram povo para esperar por si em Sacavém (caso venha por terra) e para se juntar a si aos gritos de «Viva D. Pedro V» (carta de Reis de Vasconcelos para Saldanha de 8-5-51, in Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 291, II).

provavelmente, não planeavam, nem desejavam, uma regência de Saldanha em nome de D. Pedro V. Mas desejavam que o duque se declarasse «ditador no meio das baionetas», esperando, sem dúvida, colher os frutos da «revolução»<sup>102</sup>.

Saldanha tinha outras prioridades. A primeiríssima consistia em libertar-se dos «partidos». Para isso precisava de firmar o seu poder autónomo, e o exército era a única base sólida para o efeito. Escreveu a D. Maria que ardia de desejo de ajoelhar aos pés do trono, mas que precisamente o interesse da coroa e do país requeriam que ele não aparecesse na capital «a não ser acompanhado por uma força militar suficiente para o dispensar de negociar condições com qualquer partido político que porventura procurasse ditá-las»<sup>103</sup>. O triunfo do pronunciamento, por si só, não bastaria para unificar o exército. Recompensar apenas os mais leais produziria até o efeito contrário. Ora os brandos costumes domésticos não autorizavam «seguir o exemplo de Narváez», que fuzilava expeditamente os seus inimigos. Restava, pois, «adoçar a situação por meio de promoções». Saldanha permaneceu no Porto e decretou a «promoção-monstro». Contemplou os «oficiais de merecimento» e graduou os da terceira secção, onde em virtude das «nossas dissensões políticas» se acumulavam há muitos anos «oficiais privados de acesso» e com «os seus soldos consideravelmente diminuídos». Finalmente, reformou a pedido dos próprios os «oficiais velhos, cansados, e até alguns decrépitos»<sup>104</sup>. Com isto, escreveu a Lavradio, se «antes tínhamos três exércitos, cartista, miguelista e setembrista», podia agora proclamar «que hoje temos um único»<sup>105</sup>.

A 15 de Maio de 1851, Lisboa recebeu o marechal duque de Saldanha com manifestações de júbilo retumbante. Bulhão Pato assistiu ao espectáculo do 2.º andar de uma casa que o marquês de Nisa alugara por seis meses expressamente para quando a ocasião chegasse. O marechal, montado com porte de «triunfador romano» num «soberbo cavalo inglês», seguia com o seu estado-maior atrás de uma coluna humana formada por milhares de pessoas<sup>106</sup>. Ao seu lado, um general abria caminho «com um ramo de acácia florida»<sup>107</sup>, significando ao povo que já não tinha a temer as «cutiladas» com que era maltratado pelo governo dos «Cabrais». Mas os «Cabrais», que no tempo da Maria da Fonte eram só um, já não existiam. O conde de Tomar achava-se refugiado em Vigo, entregue à contemplação do triste final da sua

---

<sup>102</sup> Carta do conde das Antas para Saldanha de 5-5-51, in Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 284, II.

<sup>103</sup> Carta de 4-5-51, in Carnota, *Memoirs...*, cit., p. 279, II.

<sup>104</sup> Carta de Saldanha para Lavradio de 28-12-51, cit.

<sup>105</sup> *Ibid.*

<sup>106</sup> Bulhão Pato, *op. cit.*, p. 144, I.

<sup>107</sup> Id., *ibid.*

carreira política, apenas motivado, segundo alegou, pela indecorosa traição do duque de Saldanha<sup>108</sup> — não porque se tivesse tornado «um homem impossível». O outro Cabral não parecia ter compreendido melhor o seu destino. Entre as girândolas que naquele dia estalavam no «céu rútilo»<sup>109</sup> de Lisboa, algumas eram lançadas da casa de José Bernardo<sup>110</sup>, que publicamente festejava a derrota do irmão, sem perceber que ele próprio seria arrastado na queda de quem o tinha «elevado».

De posse de «um único exército», uma posição inédita nos anais da monarquia constitucional portuguesa, Saldanha pôde então negociar livremente a formação do seu governo, tarefa em que esteve ocupado entre os dias 16 e 21 de Maio. Apesar da supremacia que já ninguém lhe disputava, nem por isso era fácil contornar o «Partido Nacional». Não porque este estivesse em posição de propriamente «ditar condições», mas porque até esta altura a sua parte «razoável» — a parte moderada da «Coalisão» — ainda se não desligara do pólo *radical* que a atraía para a esquerda. Por outras palavras, os campos políticos permaneciam extremados, e o centro, por conseguinte, rarefeito. Saldanha instava com o conde do Lavradio para que este aceitasse «entrar» com o marquês de Loulé, alegando que o primeiro «era uma garantia para todos os partidos, porque de todos era respeitado», e que o segundo «era também uma garantia para um grande partido»<sup>111</sup>. Lavradio, compreendendo que na sua «moderação» e independência partidária residia a precisa origem da sua impotência política, recusou sensatamente imolar-se ao progressismo. Pelos vistos, como lamentava Reis de Vasconcelos, o país ainda nesta altura «não podia ser senão dos Cabrais, ou dos demagogos»<sup>112</sup>. Renascia, portanto, o dilema da política portuguesa desde 1842. O próprio Loulé hesitava em entrar para o governo sem aliados à sua direita, temendo vir a ser vítima da chantagem a que os «demagogos» habitualmente submetiam a esquerda quando esta chegava ao poder. Tornou-se então evidente que era necessário meter a «Patuleia» na ordem. No dia 20 de Maio, rumores ou ameaças da tropa produziram o efeito de a domesticar<sup>113</sup>. Saldanha meteu-a então no governo formado a 22. Alguém logo disse que «o ministério é óptimo, porque é impossível»<sup>114</sup>.

<sup>108</sup> Carta do conde de Tomar para o duque de Saldanha datada de Vigo de 1-5-51, in Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*, cit., pp. 559-567, II.

<sup>109</sup> *Ibid.*

<sup>110</sup> Marquês de Fronteira, *Memórias*, cit., vol. IV, p. 386.

<sup>111</sup> *Memórias do Conde do Lavradio*, cit., p. 332, III.

<sup>112</sup> Carta de Reis de Vasconcelos para Lavradio de 19-5-51, *ibid.*, p. 327, III, nota 1.

<sup>113</sup> Carta de Reis de Vasconcelos para Lavradio de 21-5-51, *ibid.*, p. 331, III, nota 1: «Eu creio que os *progressistas*, de ontem para cá, estão com algum medo, ou seja pela atitude da tropa, ou por qualquer outra razão. *Pode ser, portanto, que o Loulé aceite*» (itálico meu).

<sup>114</sup> *Memórias do Conde do Lavradio*, cit., p. 344, III.

Nas semanas seguintes, à medida que se tornava patente a hegemonia que a «Patuleia» alcançara na nova situação<sup>115</sup>, intensificou-se a agitação militar, ao mesmo tempo que se promovia a formação de uma «associação eleitoral» cujo «fim verdadeiro» era «minar a administração»<sup>116</sup>. Nestas movimentações avultavam indivíduos da confiança pessoal do duque de Saldanha<sup>117</sup>. No fim de Junho, a notícia de uma próxima «bernarda» era dada como certa<sup>118</sup>. Saldanha explicou aos ministros que o exército estava descontente com o excesso de influência de que gozava o «Partido Nacional» e despediu-os<sup>119</sup>. A 7 de Julho de 1851 Rodrigo e Fontes entram para um novo ministério. Estava concluído o golpe e podia começar a Regeneração.

## FONTES

### a) Manuscritas

Arquivo da família Costa Cabral (ANTT).  
Arquivo da casa Fronteira (ANTT).  
Cartório da casa real (ANTT).  
Arquivo Central das Secretarias de Estado do Ministério do Reino (ANTT).  
Arquivo da Companhia Confiança (Banco de Portugal).  
Colecção «Carnotense» (reservados da BNL).  
Correspondência diplomática luso-britânica (PRO/Londres).

### b) Impressas

*Diário da Câmara dos Deputados.*  
*Diário da Câmara dos Pares.*  
*Diário do Governo.*  
Imprensa periódica.  
Memórias, opúsculos e outras publicações da época.

---

<sup>115</sup> Esta hegemonia tornou-se particularmente notória com a publicação do decreto eleitoral de 20-6-51, que se dizia talhado para produzir uma vitória patuleia nas eleições marcadas para Novembro de 1851.

<sup>116</sup> *Memórias do Conde de Lavradio*, cit., p. 353, III. Sobre a conspiração militar, v. pp. 350-353 e pp. 366-368.

<sup>117</sup> Nomeadamente os brigadeiros Moniz, Cabreira, barão de Francos, barão da Luz, Joaquim Bento, Ximenes. Entre os civis sobressaíam três homens do Banco de Portugal: Tomás Bessone, J. Lourenço da Luz e o próprio José Bernardo da Silva Cabral (cf. *Memórias do Conde de Lavradio*, cit., pp. 350-353, III).

<sup>118</sup> *Memórias do Conde de Lavradio*, cit., p. 367, III.

<sup>119</sup> *Ibid.*, pp. 1-2, IV.